

**CDS/PP**

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

***PARTIDO POPULAR***

**N.º 128-VIII**

**P.º 50.04.04**

**29.37**

**29.36**

**Data: 22.11.2005**

**Senhor Presidente**

**Senhoras e Senhores Deputados**

**Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo**

**O Governo Regional apresenta propostas de Plano e Orçamento que baseia num diagnóstico optimista e numa perspectiva cor-de-rosa da situação económica e social, da qual o CDS/PP não partilha, porque infelizmente não corresponde à realidade que os açorianos vivem no seu dia a dia.**

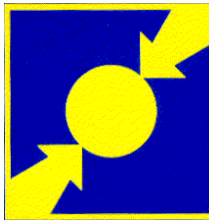
**Os documentos do Governo Regional ignoram, por sistema, a crise estrutural que atinge os sectores produtivos tradicionais da economia açoriana, mas os agentes económicos sentem na pele enormes dificuldades na agricultura, nas pescas e na indústria conserveira. Reconhecemos que a crise é complexa, tem condicionantes externas nacionais e até europeias difíceis de ultrapassar, mas que jamais se resolverão teimando-se em não as reconhecer.**

**Porque não haverá consciência de que a agricultura dos Açores perdeu a sempre apregoada batalha da diversificação e que os poucos casos de aposta em subsectores como a fruticultura e outros, não têm merecido o carinho desejado? E porque não haverá consciência de que a fileira do leite permanece amordaçada em limitativas contradições e que o subsector da carne, além de desvalorizado, se mantém na maior incerteza, pese embora os investimentos já feitos na rede regional de abate?**

**As Pescas, por seu lado, debatem-se com quebras significativas nas capturas, que não são meras oscilações naturais, mas uma baixa estrutural. E há atrasos preocupantes no domínio da formação e da modernização tecnológica.**

**O comércio tradicional passa pela maior crise dos últimos anos. Nunca houve tantas falências e desistências, sobretudo no pequeno comércio familiar. Algumas serão consequências inevitáveis do surgimento de grandes superfícies, mas outras situações de crise resultam directamente da baixa de rendimentos de importantes sectores da população açoriana, que, como é sabido, entraram num patamar de endividamento acima dos limites do aceitável. Como se sabe, sempre que o sector rural nos Açores está em crise, como agora, os reflexos nas restantes actividades económicas é inevitável, nomeadamente nas pequenas unidades. O resto é o efeito em cadeia.**

**Se a esta situação adicionarmos o que se passa em muitos sectores de actividade que subsistem de forma artificial, graças à política de subsídios, sem suporte do mercado e sem viabilidade económica, então as perspectivas gerais sobre a economia açoriana serão ainda piores.**



**CDS/PP**

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

***PARTIDO POPULAR***

Daí que não seja de estranhar que os níveis de desemprego nos Açores tenham evoluído negativamente, nos últimos tempos. É verdade que a taxa de desemprego na Região, tecnicamente, não é má. Mas já foi bem melhor. Entre 2000 e 2003, de acordo com o Serviço Regional de Estatística, a taxa de desemprego nos Açores manteve-se abaixo dos 3%. Já em 2004 a taxa de desemprego anual situou-se nos 3,4 %, chegando a atingir os 3,8% no 3.º trimestre do ano.

Assim, contrariando as teses do Governo Regional, nos últimos meses o número de açorianos desempregados tem crescido de forma significativa. No 3.º trimestre de 2005 alcançamos o valor de 4,2%, o que nos Açores significa o maior nível de desemprego desde 1998. Neste capítulo já recuamos 7 anos. De nada nos serve o Governo Regional argumentar que a nível nacional a taxa é bem maior. De acordo com o SREA, no 3.º trimestre deste ano, os Açores estavam com 4.652 desempregados, o que se traduz numa variação de mais 467 indivíduos em relação ao mesmo período de 2004, o qual foi o máximo registo naquele ano.

O Governo realça a nova aposta no turismo, considerando que tem dado passos largos no seu arranque e apresenta crescimentos acentuados no aumento das dormidas e na evolução da oferta. Todavia, como o número de hotéis e de estabelecimentos em espaço rural continua a crescer mais do que a procura, apesar desta ter tido uma boa evolução, o comportamento das taxas médias de ocupação é preocupante. Na óptica do Governo Regional trata-se apenas de uma situação conjuntural que resulta dum rápido crescimento da oferta não acompanhado por idêntica evolução da procura. Se por um lado é verdade, na perspectiva do CDS/PP não é por isso que deixa de ser um panorama preocupante, até porque parte significativa da ocupação da época baixa está a acontecer à custa de turismo social, altamente subsidiado e a preços de saldo. Outro aspecto que merece especial atenção é o facto de se verificar uma desequilibrada distribuição da oferta do sector nas diferentes ilhas da Região. Apenas em S. Miguel se verifica uma maior estruturação do sector, sendo notória a acentuada fragilidade nas restantes ilhas, que revelam preocupantes indicadores, muito abaixo da média regional.

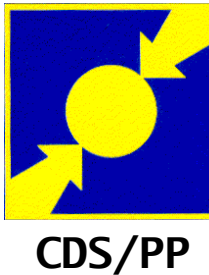
**Senhor Presidente e Senhores Deputados**

A situação de crise que se vive nos Açores também está espelhada nos sectores sociais, nomeadamente na educação e na saúde.

Na educação estranha-se que o investimento feito não se traduza nos resultados alcançados. De facto, na avaliação nacional, as nossas escolas continuam na cauda do sistema. O insucesso escolar persiste e a política do sector como que teima em não ser um sucesso.

Na saúde continuamos a assistir ao esbanjamento de milhões, gastando mais que os outros e tendo pior saúde que eles, como o demonstram os indicadores que temos. Continuamos com um Serviço Regional de Saúde descurado na sua vertente fundamental – os cuidados primários – não apostando em reformas estruturais importantes, de que é paradigma o telemedicina. Estamos pois cansados das apostas da tutela, porque quem aposta e não investe adequadamente não tem prémio.

Como se demonstrou a verdadeira situação económica e social dos Açores nada tem a ver com o quadro manipulado de progresso que o Governo Regional e o PS dizem estar a imprimir aos Açores.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

***PARTIDO POPULAR***

Senhor Presidente e Senhores Deputados

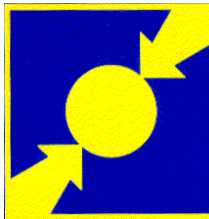
Da análise ao Plano e Orçamento para 2006 pode-se concluir que não é por falta de meios financeiros que o Governo Regional, em muitos casos, não dá resposta aos reais problemas da Região.

O Plano continua a apontar para valores de investimento público bastante significativos, embora as despesas do Plano previstas para 2006, face ao orçamento anterior, correspondam apenas a mais 1,8%, logo um crescimento inferior ao da inflação prevista. Quer isto dizer que, em termos reais, se prevê um pequeno decréscimo no esforço de investimento através do Plano Regional. É verdade que o Governo Regional explica essa redução com o facto de para 2006 não estarem previstos encaixes financeiros extraordinários resultantes da alienação de participações; porque o Orçamento do Estado reduziu as transferências para a reconstrução e porque as verbas destinadas ao pagamento das bonificações de juro do crédito à habitação baixaram. Nada disso é discutível. São explicações compreensíveis. Mas o facto é que, em termos reais, há menos verba para investir no Plano Regional para 2006.

Senhor Presidente  
Senhores Deputados  
Senhor Presidente do Governo  
Senhores Membros do Governo

Exactamente pelo que deixei referido, este ano não se pode aplicar a máxima socialista de que “se trata do maior Plano Regional de sempre”. Mas a verdade é que podia ter sido. Para isso bastava que o Governo socialista da República tivesse cumprido com o estipulado na Lei de Finanças das Regiões Autónomas e não tivesse invocado pela primeira vez a Lei n.º 91/2001, para congelar as transferências do Orçamento de Estado. Para isso bastava que o Governo socialista da República tivesse cumprido com o compromisso de transferir verbas por conta da dívida de 140 milhões de euros que tem para com a Região, decorrente do acréscimo de despesa pública inscrita em orçamentos rectificativos de anos anteriores. Para isso bastava que o Governo socialista da República tivesse transferido os 11,3 milhões de euros que tem em dívida para com a Região no âmbito da convergência do tarifário eléctrico relativa aos anos de 2003, 2004 e 2005. Para isso bastava que o Governo socialista da República pelo menos tivesse transferido os 5,6 milhões de euros correspondentes às obrigações do Estado para com a Região em relação a 2006, no âmbito da convergência do tarifário eléctrico. Apesar de tudo os Deputados açorianos do Partido Socialista na Assembleia da República não votaram contra o Orçamento de Estado do Governo Socialista, que se revela como o pior de sempre para a Região Autónoma dos Açores.

Acresce que a par da pequena diminuição, em termos reais, do Plano de Investimentos dos Açores, no próximo ano de 2006 vamos assistir a uma muito significativa quebra do investimento directo do Estado na Região, que aponta para uma diminuição de 44%, reduzindo a verba destinada ao investimento directo nos Açores em 28 milhões de euros.



**CDS/PP**

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

***PARTIDO POPULAR***

**Senhor Presidente  
Senhores Deputados  
Senhores Membros do Governo**

**O Governo Regional valoriza o facto de ao nível das despesas correntes inscritas no Orçamento se verificar uma certa contenção, pois apenas crescem 2,6%.**

**A nossa primeira observação tem a ver com o facto de que a Região, sob o ponto de vista da contenção de gastos, está a beneficiar com a política do Governo da República de austeridade e de cortes em relação às despesas com a função pública, nomeadamente os gastos com pessoal, que são a maior fatia. O congelamento das carreiras, decretado por Lisboa, e a contenção salarial, não tendo qualquer influência da política regional, têm um acentuado efeito na contenção orçamental. Não há por isso mérito regional, como antes, quando ocorreu a valorização das carreiras e dos salários do pessoal, também não houve demérito regional. São as chamadas dependências da autonomia, que numas vezes prejudicam o equilíbrio das contas e noutras beneficiam.**

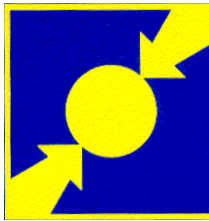
**Outra questão de não menor importância é a que diz respeito às transferências correntes do Orçamento Regional para o Serviço Regional de Saúde, que crescem 4% em 2006. Isto quer dizer que o Governo Regional, para manter as contas correntes aparentemente equilibradas, vai continuar a não assumir directamente no Orçamento da Região as responsabilidades que tem para com o funcionamento do Serviço Regional de Saúde. Já em relação ao Orçamento para o presente ano de 2005, aprovado em Abril passado, o Governo Regional manteve a mesma estratégia de ocultar as verdadeiras contas com a saúde nos Açores. Apresentou no Orçamento corrente um idêntico crescimento de 4% nas transferências para o SRS e depois autorizou a SAUDAÇOR a contrair um empréstimo de mais 80 milhões de euros! O CDS/PP denunciou então esta política de ocultação das contas e de conseqüente endividamento indirecto.**

**Assim é fácil apresentar o Orçamento corrente e de funcionamento com crescimentos moderados, quando não se dota os serviços com os meios necessários ao seu normal funcionamento.**

**Senhor Presidente e Senhores Deputados**

**Que significado tem falar-se em rigor orçamental num contexto destes? O resultado prático é que embora a Região esteja impedida pelo Governo da República de aumentar o seu endividamento, isto é, a dívida directa mantém-se nos 275 milhões de euros, mas a dívida indirecta já vai nos 400 milhões, através da política de avales concedidos. Só em 2005 o aumento global líquido das responsabilidades em avales foi de 100 milhões de euros e para 2006 este Orçamento pede uma autorização de mais 110 milhões de euros. Assim sendo estima-se que no fim do próximo ano a dívida directa e indirecta da Região se aproxime dos 800 milhões de euros, caso não haja derrapagem na dívida administrativa.**

**Senhor Presidente  
Senhores Deputados  
Senhor Presidente do Governo  
Senhores Membros do Governo**



**CDS/PP**

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

***PARTIDO POPULAR***

O Governo Regional falou insistentemente sobre a dívida do Estado à Região. O Presidente do Governo afirmou que em reunião se havia chegado a um entendimento sobre os prazos de pagamento. Na Assembleia da República o Primeiro-ministro negou formalmente esse entendimento ou a realização de reunião para o efeito. O Presidente do Governo não voltou a fazer declarações sobre o assunto, que sejam conhecidas. As declarações, de que foi encarregue o Vice-presidente do Governo Regional, nada clarificaram.

Trata-se de um assunto que deve ser tratado com limpidez, sinceridade e esclarecido com toda a verdade perante este Parlamento. A nós não pode bastar, como em algumas sedes partidárias, uma fala referida a “desentendimentos, mesmo sobre os entendimentos”! Tratando-se de questões de Estado, precisamos até de conhecer que eventuais entendimentos se fizeram para encobrir os desentendimentos institucionais lesivos dos Açores.

**O Deputado Regional,**

*Artur Lima*